

COOPERAÇÃO SUL-SUL E A MUDANÇA DO PAPEL DOS ESTADOS DO GOLFO

Kristian Coates Ulrichsen¹

Esse artigo avalia o papel dos estados membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) – Bahrein, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos - no âmbito da cooperação Sul-Sul. Ele traça as diferentes fases de engajamento entre os Estados do Golfo e outros países em desenvolvimento, e a mudança das dinâmicas que os sustentam.

Essas fases demonstram profundas mudanças que refletiram ajustes na formulação de políticas em resposta a catalisadores domésticos, regionais e internacionais. Quando analisadas em conjunto, as forças internas e externas que pressionam os Estados do CCG moldam a perspectiva de análise deste artigo. Além disso, essas pressões internas e externas moldaram as contribuições dos Estados do Golfo para a Cooperação Sul-Sul, e definiram os realinhamentos intra-regionais e internacionais nos quais o CCG se engajou.

A primeira parte do artigo examina as dinâmicas históricas profundamente acentuadas, que inicialmente limitavam as relações dos Estados do Golfo com o Sul global. Essas dinâmicas incluíam tendências conservadoras de seus sistemas de governo pós-tradicionais e o "mergulho" dos Estados do Golfo nas esferas de influência ocidentais, política e militarmente. Isso definiu a política internacional dos Estados do Golfo e isolou suas políticas de muitas forças que varreram o mundo em desenvolvimento durante as décadas de 1950 e 1960.

Esse período, contudo, testemunhou o início de interconexões transnacionais que ligavam os Estados do Golfo à outras nações em desenvolvimento, inicialmente através da prestação de assistência ao desenvolvimento no exterior e do patrocínio de organizações internacionais islâmicas. Nos anos 1980 e 1990, essas crescentes ligações transnacionais se tornaram interligadas com processos globalizantes extremamente rápidos. Contemporaneamente, o fim da Guerra Fria facilitou a

¹ Especialista em Kuwait, London School of Economics and Political Science. (austral@ufrgs.br)

normalização com a China e com os estados pós-comunistas que migraram para economias de mercado.

Na segunda parte, o artigo avalia a ascensão dos Estados do CCG como atores globais significantes dos anos 2000 e mede os fatores estruturais responsáveis pela sua ascensão. Esse crescimento não só aprofundou e ampliou o papel dos Estados do CCG no contexto Sul-Sul, mas ocorreu em meio à dinâmica de mudança que reorganizaram as relações de poder ao redor do mundo e que posicionaram os Estados do Golfo para serem pivôs na mudança da ordem global. Coalizões de economias emergentes desafiaram e reformularam a arquitetura política e econômica da governança global. A crise econômica e financeira mundial, que alcançou o pico inicial em 2008-2009, impulsionou essas tendências e levou a realinhamentos significantes na governança financeira e energética.

Padrões recentes de cooperação fornecem uma clara indicação dos novos valores que os formuladores de políticas do CCG e suas elites adquiriram no Sul geográfico. Esses padrões recentes, os quais ainda complementam as relações políticas e securitárias com os EUA e os países europeus, são típicos da abordagem multifacetada de elaboração da política externa nos Estados do Golfo, que busca equilibrar as questões domésticas, regionais e internacionais². As respostas dos Estados do Golfo ao início da Primavera Árabe refletem tanto os desafios quanto as oportunidades, com as tentativas da Arábia Saudita de implantar sua "generosidade financeira" para minimizar o impacto desestabilizador das transições regionais, enquanto o Qatar aproveitou a oportunidade para impulsionar suas credenciais como um ator internacional responsável, reunindo apoio árabe para a intervenção multinacional na Líbia.

Analiticamente, a terceira parte, que vai da diacrônica à temática, aborda as aplicações práticas das interações dos Estados do Golfo no contexto Sul-Sul. Essas aplicações incluem mudanças nos padrões de fluxos de comércio e investimento, modificando provisões para assistência ao desenvolvimento e mediação diplomática em ambientes afetados por conflitos, e uma reformulação das relações internacionais e da governança global num mundo onde o poder está crescentemente refratado através de diversos nós de influência.

² Gerd Nonneman, "Determinants and Patterns of Saudi Foreign Policy: 'Omnibalancing' and 'Relative Autonomy' in Multiple Environments," In: *Saudi Arabia in the Balance: Political Economy, Society, Foreign Affairs*, eds. Paul Aarts and Gerd Nonneman. (London: Hurst & Co., 2005), 315.

Coletivamente, essas mudanças revelam um reforço qualitativo e quantitativo das redes que ligam os Estados do Golfo ao Sul geográfico, e que operam bilateralmente nos níveis institucional, nacional e multilateral. Esses padrões de mudança têm implicações importantes para mudanças sem precedentes na ordem global vigente. A parte final explorará as trajetórias prováveis dos laços entre os Estados do Golfo e o Sul, bem como seus impactos em um ambiente internacional multipolar.

1. Limitações de engajamento, 1945-1991

As relações sociais e comerciais entre o Golfo e o resto do mundo remontam à antiguidade tardia e à era pré-islâmica. Uma densa rede de laços transoceânicos conectava os povos do Golfo a uma região mais ampla do Oceano Índico. Construtores navais e marinheiros locais construíram e navegaram seus navios (*dhow*s e *booms*) que partiam do Golfo todos os anos para o subcontinente indiano e ao longo da costa leste da África. Tendências poderosas na migração e aculturação aumentaram esse fluxo e deram uma dimensão social particular³. Troca, comércio e liquidações formavam uma teia de interconexões que ligavam o comércio e as pessoas da região em comunidades maiores e sobrepostas.⁴

A mistura de povos e culturas influenciou o desenvolvimento de Estados e sociedades no Golfo. Essa história geográfica desmente qualquer noção da região como periférica na história mundial da era pré-petróleo, ou qualquer definição da região apenas pela sua posse de algumas das maiores reservas de energia do planeta. No entanto, a integração dos *sheikhdoms* da península árabe aos protetorados britânicos entre 1835 e 1916, influenciou fortemente o desenvolvimento político subsequente da região⁵. As entidades proto-estatais se emaranharam em uma unidade sub-regional orientada para dentro, para a qual a "proteção" britânica foi estendida em troca de relações políticas e econômicas exclusivas⁶.

³ Lawrence Potter, *The Persian Gulf in History* (New York: Palgrave Macmillan, 2009), 10-11.

⁴ Thomas Metcalf, *Imperial Connections: India in the Indian Ocean Arena* (Berkeley: University of California Press, 2007), 9.

⁵ Após a assinatura do Tratado Geral, em 1820, e de uma Trégua Marítima, em 1835, o Império Britânico concluiu tratados individuais com os Trucial States (mais tarde Emirados Árabes Unidos) em 1835, Bahrain, em 1861, Kuwait, em 1899 e novamente em 1914, e Qatar, em 1916.

⁶ James Onley e Suleyman Khalaf. "Shaikhly Authority in the Pre-oil Gulf: An Historical-Anthropological Study," *History and Anthropology* 17 (2006): 202-4.

A proteção britânica e as legiões de soldados anexados elevaram e formalizaram os nichos da família em cada *sheikhdom*⁷. Essa proteção externa também deu à elite dominante da península uma participação considerável na manutenção de um *status quo* conservador⁸. Na Arábia Saudita uma teia de laços políticos e militares com os EUA dava proteção similar para a família governante Al-Saud depois de 1945, enquanto, no Omã, a influência britânica, que era informal, ainda que incisiva, mantinha certo controle sobre o regime do Sultão Bin Taimur (governo entre 1932-70)⁹.

Apesar de não serem monolíticos e capazes de incluir politicamente indivíduos progressistas, como Abdullah al-Tariki¹⁰ (o "Xeique Vermelho") na Arábia Saudita, os regimes dos Estados do Golfo desenvolveram uma reputação de cautela política que contrastava fortemente com os movimentos populares e radicais de libertação nacional em outras partes do mundo em desenvolvimento. A aplicação pragmática de estratégias de sobrevivência lhes permitiu gerir o impacto da transformação sócio-econômica das receitas do petróleo em suas políticas. Isso desafiou a opinião prevalecente entre os cientistas políticos, como Karl Deutsch e Samuel Huntington, que previu o seu fim nas décadas de 1950 e 1960. A teoria do "Dilema do Xeique" argumentava que a maioria das monarquias tradicionais remanescentes colapsaria por pressão por reformas políticas e de forças modernizadoras, que oprimiriam políticas tradicionais "fracas"¹¹.

Considerações internas e externas reforçaram uma posição política conservadora, que distinguiu os Estados do Golfo da maioria dos Estados pós-coloniais em outras regiões do mundo. A divergência de visões de mundo se tornou clara durante a rebelião marxista na província de Dhofar, no Omã, entre 1965 e 1975. Oficiais da República Democrática Popular do Iêmen, que apoiava a Frente Popular para a Libertação de Omã e do Golfo Pérsico, retrataram a campanha como uma "guerra de libertação contra a ocupação estrangeira" dos "fantoques do colonialismo no Omã" e seu "governo cliente", apoiado pela assistência política e militar britânica¹².

⁷ Regime governado por um Xeque.

⁸ Lisa Anderson, "Absolutism and the Resilience of Monarchy in the Middle East," *Political Science Quarterly* 106 (1991): 9.

⁹ Marc Valeri, *Oman: Politics and Society in the Qaboos State*. (London: Hurst & Co., 2009), 64-6.

¹⁰ Diretor Geral de Assuntos de Petróleo e Minerais (1954-60) e Ministro do Petróleo e Recursos Minerais (1960-62).

¹¹ Christopher Davidson, *The United Arab Emirates: A Study in Survival* (London: Lynne Rienner, 2005), 66.

¹² Carta do Representante Permanente da República Popular Democrática do Iêmen ao Secretário-Geral das Nações Unidas, 26 de novembro de 1973. London: The National Archives, file FCO 8/2037.

O Omã eventualmente derrotou a rebelião em Dhofar, mas com altos níveis de apoio político e militar britânico, que se estendeu bem além da retirada britânica do Golfo em 1971. A campanha visivelmente demonstrava a extensão da divergência dos Estados do Golfo de trajetórias políticas dominantes no mundo em desenvolvimento em uma época em que oficiais na Arábia Saudita não apenas lideravam o caminho com pronunciamentos anticomunistas, mas encorajavam a formação de organizações islâmicas conservadoras para balancear grupos de esquerda ou alternativas de oposição secular.¹³

Além disso, essa dependência complicou e atrasou a emergência de elos tangíveis com as principais economias emergentes, como a China, as quais apoiaram ativamente o movimento revolucionário anti-imperialista de Dhofar¹⁴. Quando o Kuwait estabeleceu relações diplomáticas com a China, em 1971, ele agiu contra o fluxo da diplomacia do Golfo. Em outras partes (do Golfo), a normalização das relações não aconteceu até o anúncio de Deng Xiaoping, em 1978, de que a China moderaria suas políticas. Omã estabeleceu relações com a China em 1978, os Emirados Árabes em 1984, o Qatar em 1988, o Barein em 1989 e a Arábia Saudita em 1990¹⁵.

No entanto, as décadas de 1960 e 1970 testemunharam as ligações iniciais entre os Estados do Golfo e outros países e regiões do Sul geográfico. Isto ocorreu, primeiramente, no Kuwait e na Arábia Saudita, com embasamentos bastante diferentes. O estabelecimento precoce de relações do Kuwait com a China espelhou-se na troca de representantes diplomáticos com a União Soviética, em 1963. Ambas as decisões consideravelmente anteciparam movimentos similares de outros Estados do Golfo, e refletiram o equilíbrio das relações do Kuwait com as superpotências durante a Guerra Fria¹⁶.

Uma abordagem internacionalista semelhante marcou o início da política do Kuwait de ajuda externa ao desenvolvimento, como o Fundo para o Desenvolvimento Econômico Árabe do Kuwait (FDEAK), formado em dezembro de 1961 - apenas seis meses após a independência. Uma combinação de fatores políticos, econômicos e militares está por trás de sua criação. Esses fatores incluíam um

¹³ Fred Halliday, *The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology* (Cambridge: Cambridge University Press, 2005), 122-3.

¹⁴ Steve Yetiv e Chunlong Yu, "China, Global Energy and the Middle East," *Middle East Journal* 61 (2007): 201.

¹⁵ Christopher Davidson, "Persian Gulf-Pacific Asia Links in the 21st Century: A Marriage of Convenience?" *LSE Kuwait Programme Working Paper* 7 (2010), 5.

¹⁶ Até meados dos anos 1980, o Kuwait foi o único Estado do Golfo que manteve uma relação política, financeira e militar ativa com a URSS.

sentimento de responsabilidade entre os responsáveis pela política do Kuwait de que uma parcela de sua riqueza advinda do petróleo recém-descoberto devesse ser redistribuída para comunidades árabes mais pobres, através da provisão de educação, saúde e de outros serviços sociais e essenciais.¹⁷ Isso também institucionalizou exemplos precoces de apoio pan-árabe, antecipando tanto a independência do Kuwait quanto a criação do FDEAK, quando o Kuwait financiou a dragagem do canal de Dubai, entre 1958 e 1960, após um apelo do governante de Dubai para o seu rico homólogo do norte¹⁸.

A partir do exemplo do Kuwait, o governo de Abu Dhabi fundou o Fundo para o Desenvolvimento Econômico Árabe de Abu Dhabi (agora chamado Fundo de Abu Dhabi para o Desenvolvimento - ADFD, em inglês) em 1971, enquanto o Fundo Saudita para o Desenvolvimento foi formado em 1974. Essas três agências governamentais foram seguidas pela criação de agências de ajuda mútua, na metade dos anos 70. O Kuwait foi fundamental para a formação do Fundo Árabe para o Desenvolvimento Econômico e Social (FADES), em 1974, e Abu Dhabi estabeleceu o Fundo Monetário Árabe em 1975. Também em 1975, o Banco Islâmico de Desenvolvimento formado em Jeddah como uma instituição multilateral de desenvolvimento que promovia as finanças Islâmicas. Em 1980, o príncipe Saudita Talal bin Abdul Aziz, que recomendou a formação do Programa do Golfo para a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento, tornou-se seu presidente.

Esse conjunto de canais de assistência bilateral e multilateral significou que as contribuições de ajuda dos Estados do Golfo excederam em muito as dos países desenvolvidos: entre 1974 e 1979, durante um período contínuo de altos preços do petróleo, as contribuições do Kuwait, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos totalizou entre seis e oito por cento de seus respectivos PIBs, em comparação com um terço de um por cento para os países do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE¹⁹.

Esses fundos, focados inicialmente em países árabes e islâmicos, foram ampliados, como forma de fornecer assistência aos países em desenvolvimento, como um todo. Assim, o Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico na África (BADEA), fundado em Cartum, em 1974, cobria países que eram membros da Organização da União Africana, mas não da Liga Árabe. Semelhante ao FADES, ele

¹⁷ Abdul-Reda Assiri, *Kuwait's Foreign Policy: City-State in World Politics* (Boulder: Westview Press, 1990), 26.

¹⁸ Christopher Davidson, *Dubai: The Vulnerability of Success* (London: Hurst & Co., 2008), 86.

¹⁹ Sultan Barakat e Steve Zyck. "Gulf State Assistance to Conflict-Affected Environments." *LSE Kuwait Programme Working Paper 10* (2010, 7-11).

expandiu-se para além do mundo Árabe para financiar projetos em outros lugares; em 2006, o BADEA e o FADES co-financiaram uma ferrovia de 264,5 km na Namíbia²⁰.

A segunda maior instância da interação dos Estados do Golfo com o Sul global durante este período ocorreu com a criação de instituições e redes islâmicas internacionais, facilitadas pelos fluxos de receitas do petróleo na Arábia Saudita. Isto ampliou o "Soft Power" transnacional da Arábia Saudita e alimentou a criação da Liga do Mundo Muçulmano (1962), da Organização da Conferência Islâmica (1972), da Assembleia Mundial da Juventude Muçulmana (1972) e da Organização Internacional da Libertação Islâmica (1975)²¹. Ironicamente, esses programas de extensão reforçaram a defesa conservadora que afastou os Estados do Golfo dos conflitos políticos e ideológicos prevalentes daquele período. O rei Faisal bin Abdul Aziz criou esses programas de extensão para combater a influência tanto do nacionalismo pan-Arabista quanto do comunismo²².

Ao lado dos corpos institucionalizados listados anteriormente, seja no Estado saudita ou através de mais esforços privados, investimentos nas redes internacionais de caridade e organizações de bem-estar social, mesquitas, escolas teológicas e ONGs, mudaram o quadro político de referência do Islã, de suas raízes em nível estatal para um âmbito transnacional. Esta "virada" islâmica aconteceu primeiramente durante o reino do rei Faisal (1964-1975). Ela diferiu da articulação pan-árabe de alcance saudita, durante o reinado do antecessor de Faisal, Saud (1953-1964). Indiscutivelmente, os investimentos em redes de caridade também esboçaram as formas da sociedade civil mundial, mais comumente associadas aos conceitos ocidentais de globalização nos anos 1990 e 2000²³.

A dispersão do Islã patrocinado pela Arábia Saudita se tornou um importante veículo para reforçar e projetar a legitimidade do reino em comunidades islâmicas em todo o mundo. Ela salientava que o transnacionalismo havia sido concebido para ser tanto uma estratégia política quanto uma obrigação religiosa, e como ele tentava cooptar e abrir canais com vertentes potencialmente divergentes do Islã, em direção

²⁰ Ibid. 11.

²¹ Roger Hardy, "Ambivalent Ally: Saudi Arabia and the 'War on Terror'," In *Kingdom without Borders: Saudi Arabia's Political, Religious and Media Frontiers*, ed. Madawi Al-Rasheed. (London: Hurst & Co., 2008), 101.

²² Morten Valbjorn and Andre Bank, "Signs of a New Arab Cold War: The 2006 Lebanon War and the Sunni-Shi'i Divide," *Middle East Report* 242 (2007): 7-8.

²³ Marc Lynch, "Globalization and Arab Security," in *Globalization and National Security*, ed. Jonathan Kirshner. (New York: Routledge, 2006), 191-2.

à aquisição do reconhecimento muito desejado por al-Saud como guardião dos lugares sagrados do Islã²⁴.

Os Estados do Golfo também participaram de coalizões embrionárias de países em desenvolvimento. Como um dos dois únicos Estados independentes no Golfo, à época - o Omã sendo o outro - a Arábia Saudita participou da Conferência Ásia-África em Bandung, em 1955. Todos os seis aderiram posteriormente ao Movimento dos Não-Alinhados, quando conquistaram suas independências nos anos após sua criação, em 1961. No entanto, as prioridades da Arábia Saudita voltaram-se para o engajamento pan-islâmico, seguindo a ascensão de Faisal, em 1964, e a criação da Organização da Conferência Islâmica, em 1972.

A Arábia Saudita e o Kuwait estavam entre os membros fundadores do G77, uma coalizão na ONU de países em desenvolvimento, da qual Bahrein, Omã, Qatar e Emirados Árabes Unidos vieram a fazer parte. O envolvimento nesses grupos "frouxos" de países em desenvolvimento deu certa estrutura para as interações do Golfo com o Sul Global, no período pré-1991, embora as relações bilaterais com países importantes, inclusive a China, como mencionado antes, começaram a aquecer somente na década de 1980²⁵.

2. A internacionalização do Golfo e o aprofundamento da cooperação Sul-Sul

A Guerra do Golfo, em 1991, foi um divisor de águas na postura internacional dos Estados do Golfo. A libertação do Kuwait por uma coalizão multinacional composta por 34 nações ocorreu em um momento de profundas mudanças no sistema internacional. Ela coincidiu com o fim da Guerra Fria e com a aceleração da mudança política global²⁶.

A globalização aprofundou e ampliou as relações entre os Estados do Golfo e o sistema internacional. Ela expandiu essas preocupações conjuntas para além do setor de hidrocarbonetos. A energia manteve-se importante para as velozes economias emergentes, como Índia e China, que, em 1993, tornaram-se importadores líquidos de produtos petrolíferos²⁷. Essas considerações sobre o petróleo foram aumentadas por

²⁴ Em 1986, o rei Fahd (reinou de 1982-2005) se tornou o primeiro rei da Arábia Saudita a adotar o título de "Guardião das Duas Mesquitas Sagradas".

²⁵ Entrevista pessoal, Londres, maio de 2010.

²⁶ Ver, por exemplo, David Held and Anthony McGrew, com David Goldblatt e Jonathan Perraton, *Global Transformations* (Cambridge: Polity Press, 1999).

²⁷ Mahmoud Ghafouri, "China's Policy in the Persian Gulf," *Middle East Policy* 16 (2009), 80.

novos alinhamentos geopolíticos e econômicos, que se aceleraram nos anos 2000, sustentando altos preços do petróleo entre 2002 e 2008 - e a presença do próprio recurso - lançaram os Estados do Golfo como importantes atores globais.

Embora os Estados do Golfo possuíssem um perfil internacional complexo e multifacetado bastante enraizado, um processo de mudança de gerações entre as elites dominantes no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, interagiu com um período de rápido acúmulo de capital a partir do segundo *boom* dos preços do petróleo. Além disso, uma combinação de suas reservas de hidrocarbonetos e recursos financeiros, e as decisões críticas sobre como utilizá-los, testemunhou a transformação dos Estados do CCG no centro de gravitação geoeconômico na Ásia Ocidental²⁸.

Laços aprofundados com o Sul e o Leste da Ásia, com a África e, posteriormente, com os países sul-americanos, simultaneamente internacionalizaram o Golfo e promoveram seu realinhamento com a ordem global. Ligações Sul-Sul ressurgentes se encaixam nesse padrão de reposicionamento dos Estados do Golfo através de novos acordos bi e multilaterais, parcerias e iniciativas, e através de possibilidades oferecidas pelo acúmulo de maiores receitas dos hidrocarbonetos.

As relações políticas e de segurança dos Estados do Golfo com o Ocidente sobreviveram ao estresse colocado sobre eles, no rescaldo dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Essas relações permanecem como uma parte integrante para a estabilidade e a segurança da região. No entanto, a internacionalização do Golfo sutilmente reformulou as relações internacionais. Esta reformulação combinou decisores políticos do GCC com uma convergência cada vez mais global de até então discordantes tendências políticas e ideológicas em grande parte do Sul Global. Assim, os laços da Índia com o Golfo reapareceram desde os anos 1990, centrados, mas não limitados, a mais de 4,5 milhões de expatriados indianos no Conselho de Cooperação do Golfo²⁹. Uma série de visitas bilaterais de alto nível, progressivamente alargou o leque de ligações para cobrir a segurança, defesa, economia e arenas de energia.

Após um congelamento profundo que começou durante a liderança de Indira Gandhi e que continuou na década de 1990, os laços foram descongelados após a

²⁸ Ver David Held e Kristian Coates Ulrichsen, eds., *The Transformation of the Gulf: Politics, Economics and the Global Order* (London: Routledge, 2011).

²⁹ John Willoughby, "Ambivalent Anxieties of the South Asian-Gulf Arab Labour Exchange," In *Globalization and the Gulf*, eds. John Fox, Nada Mourtada-Sabbah and Mohammed Al-Mutawa (London: Routledge, 2006), 228.

visita do Ministro das Relações Exteriores indiano Jaswant Singh, em 2001, à Arábia Saudita e a visita do rei Abdullah bin Abdul Aziz, em 2006, à Índia. Estas ligações culminaram, em fevereiro de 2010, na atualização da relação bilateral em uma Parceria Estratégica, com promessas de "uma nova era baseada no envolvimento econômico e nas oportunidades emergentes"³⁰.

As relações bilaterais desempenharam e continuam desempenhando um papel importante nas Relações Internacionais dos Estados do CCG. No entanto, a proliferação de instituições regionais e globais e a formação de novas camadas de governança abrem novos caminhos e canais para a Cooperação Sul-Sul. Ao mesmo tempo, a crise financeira e econômica global e as intervenções militares caóticas no Iraque e Afeganistão expuseram as falhas do Consenso de Washington e da doutrina de segurança liderada pelos EUA. Estas debilidades nos dois principais pacotes de políticas que definiram a agenda global nos anos 1990 e 2000 constituíram uma oportunidade para reavaliar parcialmente a natureza e as formas de governança regional e global³¹. A posição da Arábia Saudita no G20 e no conselho do FMI, visivelmente representando os realinhamentos emergentes das potências emergentes não-ocidentais na remodelação da arquitetura de governança internacional.

O Ministro das Finanças, Ibrahim Abdulaziz Al-Assaf juntou-se aos seus homólogos de Brasil, Rússia, Índia e China, na sua defesa de que os países em desenvolvimento do FMI deveriam ter maiores poderes de voto, dada a "sobrerrepresentação" dos Estados desenvolvidos³². Em 2011, Al-Assaf voltou a levantar a questão com Christine Lagarde, quando ela procurou o apoio das economias emergentes em sua (bem sucedida) campanha para suceder Dominique Strauss-Kahn como chefe do FMI³³.

Os Oficiais do Golfo começaram a delinear suas visões sobre o reequilíbrio global. Durante o auge da crise financeira, o Kuwait organizou e sediou, em janeiro de 2009, a Cúpula Árabe de Desenvolvimento Econômico e Social³⁴. Mais tarde, em 2009, o Primeiro Ministro e Ministro das Relações Exteriores do Qatar, Sheikh Hamad bin Jasim bin Jabr Al-Thani, reclamou uma remodelação "[d]os quadros de

³⁰ Entrevistas pessoais, Abu Dhabi (Outubro de 2009) e Londres (maio de 2010).

³¹ David Held. "Global Challenges: Accountability and Effectiveness." Open Democracy 17 January 2008.

³² "Saudi Says IMF Reforms Should Not Be at its Expense." The Peninsula, 5 de setembro de 2009.

³³ "Saudi Arabia to Seek Greater Role in IMF," Gulf Daily News, 12 de junho de 2011.

³⁴ "Arab Summit in Kuwait to Discuss Gaza Reconstruction." Arab News, 19 de janeiro de 2009.

organização do sistema político dominante", e para refletir a emergência de uma ordem multipolar, em que "o Ocidente não era o único ator no mundo"³⁵.

Na preparação para a segunda reunião do G20 em Londres, em abril de 2009, os contornos de um novo e frouxo alinhamento de economias emergentes voltaram-se para a correção de um desequilíbrio de representação na arquitetura financeira internacional. Al Assaf deixou claro que o Reino defendia um aumento nas ações e poderes de voto nas instituições financeiras internacionais³⁶. Em paralelo, o movimento em direção à coalizões emergentes de "Potências Médias" deu um passo adiante em junho de 2009, com a criação do Fórum BRIC, em Ecaterimburgo, na Rússia. Esta nova cúpula anual das quatro principais economias emergentes (que posteriormente se reuniram em Brasília, em 2010, e Sanya, na China - com a participação da África do Sul - em 2011) criou uma plataforma destinada a contrabalançar a liderança dos EUA percebida no sistema global³⁷. Antes da terceira reunião do G20, em Pittsburgh, em setembro de 2009, Al Assaf juntou-se aos BRICs no apoio a uma proposta para aumentar a representação dos países emergentes no FMI, para refletir com maior precisão o seu peso na economia global³⁸.

Oficiais do CCG também participaram plenamente, em julho de 2009, da cúpula trienal do Movimento dos Países Não-Alinhados sobre como reestruturar a governança global para incorporar a participação dos países em desenvolvimento em processos decisórios. A cúpula reclamou a reforma das instituições internacionais que, nas palavras do Primeiro Ministro indiano Manmohan Singh, "continuam a se basear em cartas escritas a mais de sessenta anos, embora o mundo tenha mudado muito desde então"³⁹. As autoridades do Kuwait também aproveitaram a ocasião para anunciar doações de US\$500 milhões para um fundo de apoio a pequenos e médios projetos de desenvolvimento em economias emergentes, e US\$ 300 milhões para um fundo de combate à pobreza na África⁴⁰.

Esses contornos emergentes adquiriram uma dimensão multilateral com a decisão, em 2009, de instalar a recém-criada Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA), em Abu Dhabi. Da mesma forma, o papel do Qatar na hospedagem e transformação do Fórum dos Países Exportadores de Gás em uma organização intergovernamental que inclui líderes mundiais (e não-ocidentais) em

³⁵ "Qatari PM Stresses Rule of Law to Face Challenges." Gulf Times, 31 de maio de 2009.

³⁶ *Saudi Gazette*, 15 de março de 2009.

³⁷ *Russia Today*, 15 de junho de 2009.

³⁸ *The Peninsula*, 5 de setembro de 2009.

³⁹ "NAM Leaders Call for 'New Economic Order.'" Oman Daily Observer, 16 de julho de 2009.

⁴⁰ "Developing Countries Concerned Over Economic Crisis: Kuwait." Kuwait News Agency, 13 de julho de 2009.

produção de gás, é outro exemplo do papel importante na governança regional, não regional e internacional dos Estados do Golfo⁴¹.

A importância crítica de questões relacionadas a energia na condução e aprofundamento das relações multilaterais entre os Estados do CCG e outros blocos de economias emergentes tornou-se evidente na primeira reunião ministerial entre CCG e Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), em junho de 2009. Oficiais discutiram os planos para a transição rumo à construção de um bloco comercial, de acordo com os requisitos de segurança energética dos Estados da ASEAN em equilíbrio com os requisitos de segurança alimentar dos Estados do CCG. O Secretário-Geral da ASEAN, Suring Pitsuan, observou que "você tem o que nós não temos, e nós temos em abundância o que você não tem, por isso precisamos uns dos outros"⁴².

No entanto, os investimentos agrícolas dos Estados do CCG na Ásia e África expôs as alegações do "agro-imperialismo" e de "apropriação fundiária" neocolonialista. Após a primeira entrega de uma carga de arroz de uma fazenda na Etiópia, financiada pela Arábia Saudita, em 2009, um artigo do Financial Times apontou que falhas nas plantações já tinham deixado 11 milhões de etíopes na dependência do Programa Mundial de Alimentos para o seu sustento. A cobertura da mídia focada na falta de normas internacionais ou nas garantias legais para proteger os agricultores locais, acusou a Arábia Saudita e os Emirados Árabes de "uma corrida frenética para devorar as terras agrícolas em todo o mundo"⁴³.

O panorama geral é mais sutil, e tem sido reconhecido como tal pela Organização para a Agricultura e Alimentação da ONU. Embora reconhecendo os "complexos e controversos temas econômicos, políticos, institucionais, legais e éticos", observou também que os Estados do Golfo estão investindo no desenvolvimento agrícola e nos ganhos de produtividade. Este é o tratamento que as iniciativas do Golfo, como a do rei Abdullah para a Iniciativa Árabe para o Investimento Estrangeiro e o Programa Nacional de Segurança Alimentar do Qatar priorizam. No entanto, o potencial de auto-prejuízo⁴⁴ tornou-se evidente quando o governo pós-Mubarak no Egito congelou um grande negócio agrícola que o regime deposto tinha alcançado com holdings do Reino da Arábia Saudita⁴⁵.

⁴¹ "Doha gears up to host Gas Exporting Countries' Forum." The Peninsula, 29 de Junho de 2009.

⁴² "Gulf States and ASEAN Eye New Trade Bloc Based on Food, Oil." The Peninsula, 1º de julho de 2009.

⁴³ Thomas Lippman, "Saudi Arabia's Quest for 'Food Security'," *Middle East Policy* 17 (2010): 92-3.

⁴⁴ O termo usado em inglês é *Blowback*

⁴⁵ "Egypt Freezes Saudi Arabian Farm Land Deal," The National, 12 de Abril de 2011.

Assim, as coalizões emergentes entre os Estados do Golfo e outras grandes economias emergentes injetam uma nova dinâmica no sistema internacional. No entanto, estes novos alinhamentos diferem significativamente dos modelos anteriores de Cooperação Sul-Sul como a Nova Ordem Econômica Internacional na década de 1970. Este conjunto de propostas dos países em desenvolvimento tentou revisar o sistema econômico de Bretton Woods promovendo coletivamente seus interesses em questões como a melhoria dos seus termos de troca e a redução das tarifas dos países desenvolvidos⁴⁶.

Diferentes motivações guiam os Estados do Golfo no seu envolvimento atual com o sistema internacional. Ao invés de tentar mudar a estrutura da economia global, eles estão tentando maximizar a sua própria influência dentro dela. Liderados pela posição da Arábia Saudita no G20, eles formaram coalizões de conveniência com outras grandes economias emergentes para defender uma mudança na representação. Assim, o presidente chinês Hu Jintao visitou a Arábia Saudita em fevereiro de 2009, e prometeu trabalhar em conjunto "com vistas a reformar as instituições financeiras globais"⁴⁷. Mas isso também levanta a possibilidade de de que países em desenvolvimento possam começar a ver os Estados do Golfo menos como um contrapeso no sistema internacional, e mais como uma potência exploradora de seu próprio direito.

3. Modalidades dos Estados do Golfo – Cooperação Sul-Sul

Esta interligação entre segurança alimentar e energética reflete uma série de decisões políticas tomadas pelos Estados do CCG para terceirizar a produção de alimentos através de agro-investimentos estratégicos. Em janeiro de 2009, o rei Abdullah, da Arábia Saudita, criou um fundo de investimento (Iniciativa para Investimento Agrícola no Exterior) de SR 3 bilhões (cerca de US\$ 800 milhões) para apoiar o investimento do setor privado nas empresas da Arábia Saudita em projetos agrícolas no exterior. Em fevereiro, a Companhia de Desenvolvimento Agrícola Hail anunciou um investimento de mais de US\$ 4 milhões e meio, ao longo de dois anos, para desenvolver 9 mil hectares de terras no Sudão. Outra empresa Saudita (Companhia Star de Desenvolvimento Agrícola) investiu no cultivo de arroz e outras culturas em 1,2 milhões de acres na Etiópia⁴⁸. No Qatar, a Companhia de Alimentos

⁴⁶ Robert Cox, "Ideologies and the New International Economic Order: Reflections on Some Recent Literature," *International Organization* 33 (1979): 260-3.

⁴⁷ "China to Boost Relations with GCC: President Hu," *Arab News*, 12 de fevereiro de 2009.

⁴⁸ Lippman, "Saudi Arabia's Quest,.." 92.

Hassad lançou, em julho de 2008, uma subsidiária de US\$ 1 bilhão: a Qatar Investment Authority. Em 2009, ela chegou a um acordo de US\$ 500 milhões para plantar trigo e arroz no Sudão e, em 2010, continuou, finalizando a compra de uma fábrica de açúcar no Brasil. Esta compra foi notável, porque era capaz de atender toda a demanda do Qatar para o açúcar bruto e refinado⁴⁹.

O exemplo dos agro-investimentos na Ásia, África e em outros lugares demonstra como as modalidades específicas de cooperação reformulam as relações internacionais dos Estados do CCG, especialmente com parceiros emergentes. A mesma tendência é observada nas estratégias de investimento baseados em fundos soberanos do CCG. Mudanças significativas nas estratégias de investimento ao longo dos últimos dez anos diversificaram os fluxos de dinheiro, de sobre-representação na América do Norte e nos mercados europeus, em direção a um maior investimento nas economias emergentes. Esta diversificação respondeu, em parte, aos eventos do 11 de setembro de 2001 e a temores de uma repercussão política, como foi o caso quando o Congresso dos EUA impediu a *Dubai Ports World* de assumir o controle dos portos estadunidenses, em 2006. Essa mudança também reflete a crescente atratividade dos mercados emergentes, particularmente na China, Índia, Malásia, Hong Kong, Taiwan e Cingapura.

A *Abu Dhabi Investment Authority* e o *Qatar Investment Authority* ditam o caminho na busca de oportunidades de investimento em mercados emergentes. Maiores fluxos de investimento direto estrangeiro em outros países do Oriente Médio e Norte da África (MENA) impulsionaram os mercados de capitais regionais e criaram novas sinergias entre os investidores do Golfo (particularmente em instituições financeiras islâmicas) e empresas locais⁵⁰. Em 2010, a região da Ásia-Pacífico atraiu a maior proporção de investimentos diretos feitos por Fundos Soberanos - até 60% do total. A *Qatar Investment Authority*, por exemplo, investiu US\$ 6 bilhões no Banco Agrícola da China⁵¹.

Os fluxos de investimento aumentaram as transferências existentes através de remessas e da ajudas ao desenvolvimento dos países ricos em petróleo para os Estados pobres em recursos. Além dos Estados do Golfo, a prestação histórica de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) para o mundo árabe e islâmico (como descrito na primeira seção deste artigo), a assistência mais recentemente tem sido focada em

⁴⁹ "In Bid for Food Security, Qatar Grows Seeds Globally." *The National*, 2 de setembro de 2010.

⁵⁰ Gawdat Bahgat, "Sovereign Wealth Funds: Dangers and Opportunities," *International Affairs* 84 (2008): 1195-8.

⁵¹ "Investing at Home," *The Gulf Business News and Analysis*, August 2011, pp.14-5.

projetos ligados diretamente à Cooperação Sul-Sul, e em projetos de prestação de ajuda humanitária aos Estados frágeis.

O Kuwait e os Fundos Sauditas, que foram os mais focados globalmente, financiaram projetos na Europa, América Latina e para países pobres na África Subsaariana e no sudeste asiático. O Banco Árabe para o Desenvolvimento Africano (BADEA), o Fundo Árabe para o Desenvolvimento Económico e Social (AFESD) e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BIsD) voluntariamente ofereceram apoio a projetos que promovessem a integração econômica regional e a cooperação Sul-Sul. Assim, o BADEA financiou projetos rodoviários para promover o comércio entre Burkina Faso, Chade, Serra Leoa, Ruanda e Camarões, em 2007, enquanto o AFESD, em parceria com o Banco Islâmico de Desenvolvimento, apoiou a integração regional na África através das rodovias Trans-Sahariana e Trans-Sahel⁵².

Os principais beneficiários da ODA do Golfo para as áreas afetadas pelo conflito, entre 2000 e 2007, incluíram Paquistão, Afeganistão, Iraque, Sudão, Eritreia, Mauritânia, Níger e Ilhas Salomão⁵³. Os Estados do CCG também levaram assistência ao Iêmen em novembro de 2006, na Conferência de Doadores em Londres onde, entretanto, o “constrangimento de capacidades” restringiu a real distribuição à apenas 7% dos US\$ 4 bilhões prometidos aos Estados do Golfo⁵⁴.

Não obstante, os Estados do CCG assumiram posições de liderança no renovado compromisso internacional com o Iêmen, em 2010, tanto dentro do Fórum de Amigos do Iêmen quanto na organização da reunião de alto nível de Riyadh de doadores regionais e internacionais, em fevereiro de 2010. Além disso, as promessas de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento do CCG ao Iêmen diminuíram as doações ocidentais, tendo a Arábia Saudita prometido US\$ 1,25 bilhão em 2009, em comparação com a participação americana de US\$ 63 milhões⁵⁵.

A assistência a Estados frágeis e afetados por conflitos se interliga ao envolvimento do Qatar com a mediação de conflitos. Impulsionado pelo seu sucesso inicial no Acordo de Doha, que terminou com um impasse político de dezoito meses entre facções rivais no Líbano, em 2008, o Qatar foi, desde então, o mediador diplomático entre o governo sudanês e o Movimento Justiça e Igualdade de Darfur,

⁵² “Arab Development Assistance: Four Decades of Cooperation.” Washington, D.C.: The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, julho de 2010.

⁵³ Habiba Hamid, “Overseas Development Assistance from the UAE: Structuring Donor Relations in the Context of the Arab League’s Fragile States,” *Dubai School of Government Working Paper 09-03* (2009): 4.

⁵⁴ “Gulf States Key to Resolving Yemen’s Ills.” *Agence France-Presse*, 29 de janeiro de 2010.

⁵⁵ Ginny Hill, “What is Happening in Yemen?” *Survival* 52.(2010): 2-3.

em 2009, e entre o governo iemenita e os líderes da rebelião Houthi, em 2010, se oferecendo, também para intermediar negociações entre o governo das Filipinas e a Frente Moro de Libertação Islâmica em 2008-9⁵⁶.

Outros mecanismos que facilitam o envolvimento dos Estados do Golfo com a Cooperação Sul-Sul, incluem a expansão e transformação de questões até então predominantemente bilaterais em assuntos multilaterais e marcos regulatórios. Um exemplo notável disto ocorreu na implementação do Diálogo de Abu Dhabi sobre o Trabalho Contratual para a Cooperação entre os Países de Origem e Destino na Ásia.

Este diálogo oficial reuniu os onze países exportadores do *Colombo Process* (Afeganistão, Bangladesh, China, Índia, Indonésia, Nepal, Paquistão, Filipinas, Sri Lanka, Tailândia e Vietnã), com nove países importadores de mão-de-obra (Bahrain, Kuwait, Malásia, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Cingapura, Emirados Árabes Unidos e Iêmen). Organizada e sediada pelos Emirados Árabes Unidos, em janeiro de 2008, essa reunião constituiu um marco na cooperação regional, com base nos interesses mútuos dos países de origem e destino de mão de obra⁵⁷. Deu atenção especial ao desenvolvimento, compartilhamento de informações, capacitação e cooperação interestatal⁵⁸. Ela também demonstrou como exemplos existentes de Cooperação Sul-Sul neste caso o *Colombo Process*, podem ser transformados em estruturas maiores, inter-regionais e inter-setoriais de cooperação e diálogo.

4. Conclusão

A rápida emergência recente dos Estados do CCG à posições de liderança internacional representa um momento de grande oportunidade para a Cooperação Sul-Sul. Em parte, isso é baseado em interesses econômicos e comerciais comuns. Enquanto as considerações sobre segurança energética não são novas, a escala e as múltiplas dimensões das iniciativas recentemente anunciadas, são inovadores.

⁵⁶ “Yemen Opens Talks with Shia Rebels on Peace Deal in Doha.” Agence France-Presse, 25 de agosto de 2010; “The Philippines: Running in Place in Mindanao.” International Crisis Group Policy Briefing 88, 16 de Fevereiro de 2009.

⁵⁷ Informações sobre o Diálogo de Abu Dhabi podem ser encontradas no site da Organização Internacional do Trabalho, http://www.ilo.org/sapfl/News/lang--en/WCMS_090660/index.htm (acessado em 14 de março de 2012).

⁵⁸ Ibid: ‘Abu Dhabi Dialogue on Contractual Labour for Cooperation between Countries of Origin and Destination in Asia,’ http://www.ilo.org/sapfl/News/lang--en/WCMS_090660/index.htm (acessado em 14 de março de 2012).

Essas inovações incluem acordos substanciais de *joint ventures* entre Kuwait e China (simbolizado pela criação da Companhia de Investimento Kuwait-China, em 2005). Essas inovações também incluem acordos entre a empresa saudita Aramco e a Sinopec, para a construção de refinarias e usinas petroquímicas na China. Significativamente, essas relações comerciais, diversificadas para além da sua base de hidrocarbonetos, tem se ramificado em interdependências dinâmicas mútuas com parceiros em toda a África e (sobretudo) na Ásia⁵⁹.

Mesmo que a Coréia do Sul que não seja membro do Sul geográfico, uma troca de energia, em agosto de 2010, entre a Corporação Nacional de Petróleo da Coréia e a Companhia Nacional de Petróleo de Abu Dhabi, exigiu um empreendimento conjunto para a exploração de petróleo e gás, para a construção de um estoque coreano de petróleo e para a construção de uma instalação de armazenamento em Abu Dhabi. O crescimento e a evolução de um simples acordo em um grande projeto bilateral, mostra que as relações econômicas podem se transformar em interdependências estratégicas, e até mesmo políticas, com outros países⁶⁰.

Outros possíveis caminhos frutíferos para a Cooperação Sul-Sul em relação aos Estados do CCG incluem a energia/segurança alimentar descrita acima e a colaboração em programas civis de energia nuclear e a pesquisa de formas renováveis de energia. Na verdade, o acordo ‘bilateral 123’, de 2009, para a cooperação nuclear pacífica que os Emirados Árabes Unidos firmaram com os Estados Unidos constitui um modelo arquetípico.

Este modelo arquetípico serve como um exemplo que atende às necessidades dos estados nucleares fornecedores e de seus potenciais destinatários, no qual os países que outrora buscavam capacidade energética nuclear civil podem basear suas estratégias⁶¹. A medida que os Estados do CCG assumem a liderança global em pesquisa de energias renováveis e nuclear (simbolizadas pelo anúncio da Arábia Saudita da Cidade do Rei Abdullah para Energia Nuclear e Renovável em Riyadh), os laços de cooperação em pesquisa e desenvolvimento de questões de energia podem gerar um impulso significativo no futuro do quadro de cooperação Sul-Sul.

O reequilíbrio global, conforme descrito neste capítulo, tem implicações profundas para o futuro da Cooperação Sul-Sul e para os Estados do Golfo, nesse

⁵⁹ Davidson, “Persian Gulf-Pacific Asia,” 5, 17.

⁶⁰ “South Korea, UAE to Cooperate on Energy Exploration, Stockpiling of Oil.” Bloomberg, 2 de agosto de 2010.

⁶¹ Bryan Early, “Strategies for Acquiring Foreign Nuclear Assistance in the Middle East: Lessons from the United Arab Emirates,” *Dubai School of Government Working Paper 09-11* (2009),: 4.

contexto. Entre outras coisas, este reequilíbrio cria modelos alternativos de desenvolvimento econômico e esculpe caminhos para compromissos com as camadas de governança global e instituições internacionais. Os líderes políticos nos Estados do CCG têm mostrado entusiasmo particular com o modelo de "Estado desenvolvimentista" aplicado na Ásia Oriental. Isto caracteriza uma mistura pragmática do dirigismo estatal e da iniciativa privada, sendo Cingapura frequentemente citada como um modelo a seguir⁶².

No entanto, as novas pressões geradas pela Primavera Árabe de 2011 criaram a possibilidade de futuras divergências nas trajetórias de engajamento dos Estados do Golfo à Cooperação Sul-Sul. Por um lado, a Arábia Saudita surgiu como líder protetor do *status quo*, tentando proteger seus principais interesses regionais e de segurança. Apesar de ter apoiado a substituição de líderes que perderam sua legitimidade ou autoridade moral na Líbia e no Iêmen, ela interveio para esmagar os protestos pró-democracia no Bahrein e esbanjou assistência financeira ao Egito à e Jordânia⁶³.

A Arábia Saudita também lançou um anúncio surpresa ao CCG, dizendo que iria oferecer formas de associação para a Jordânia e o Marrocos. Juntamente com a implantação do *Peninsula Shield Force* do CCG, para restaurar a estabilidade no Bahrein, o movimento foi interpretado por alguns como revelador das ‘verdadeiras cores’ dos Estados do CCG, como um clube de monarcas se unindo⁶⁴. Essa interpretação mais negativa abrange também o ceticismo sobre os “agro-investimentos” dos Estados do Golfo. Ela levanta a possibilidade de que o envolvimento global dos Estados do CCG é motivado pelas ambições dos Estados de maximizar a sua posição na ordem global em transformação, ao invés de qualquer apego normativo ao grupo dos países em desenvolvimento, do qual eles antigamente pertenciam.

Por outro lado, Qatar e Emirados Árabes Unidos estiveram ativamente envolvidos em reunir apoio árabe para a intervenção multi-nacional na Líbia, em março de 2011. Além de fornecer apoio aéreo à operação, os dois países sediaram diversas reuniões multilaterais de cúpula do *Libya Contact Group*. O Qatar também estendeu a assistência prática ao opositor Conselho Nacional de Transição, fornecendo assistência financeira e ajudando o país a comercializar e vender petróleo

⁶² Martin Hvidt, “The Dubai Model: An Outline of Key Development-Process Elements in Dubai,” *International Journal of Middle East Studies* 41 (2009): 399.

⁶³ F. Gregory Gause, “Is Saudi Arabia Really Counter-Revolutionary?” *Foreign Policy*, 9 de agosto de 2011.

⁶⁴ Mohammed Ayoob, “The GCC Shows its True Colors,” *Foreign Policy*, 16 de março de 2011.

nos mercados internacionais⁶⁵. Nesse cenário mais otimista, os Estados do Golfo tornam-se atores globais mais ativos e responsáveis e utilizam sua influência para o benefício dos países em desenvolvimento de forma mais ampla. O padrão de investimentos, a mediação diplomática e o perfil de crescimento do Qatar sugerem um nível plausível, em termos individuais. É, no entanto, duvidoso que questões específicas do Qatar sejam representativas do CCG como um todo.

Este realinhamento de potências, portanto, tem consequências importantes para a evolução contínua da tomada de decisões multilateral, em uma matriz de mudanças sistêmicas na arquitetura internacional do pós-Segunda Guerra Mundial. Em 2020, o amadurecimento de um sistema internacional verdadeiramente multipolar proporcionará múltiplas aberturas para coalizões de potências emergentes a fim de maximizar a influência e conexões. Os Estados do CCG desempenharão um papel significativo neste reequilíbrio global de formas, tanto positivas como negativas, tal como evidenciado pelas diferentes respostas à Primavera árabe.

Assim, é provável que a participação futura dos Estados do Golfo na Cooperação Sul-Sul estará longe de ser perfeita. A concorrência agressiva para o acesso aos territórios agrícolas na África e Ásia, por exemplo, carrega as sementes da tensão potencial com outros países que possuem estratégias de “agro-investimento”, como a China; ou caso os preços das *commodities* continuem a subir, deixando as populações locais sem garantia de preços acessíveis para alimentos básicos. Essa mudança, portanto, tem o perigo de uma série de retrocessos sociais, se os termos de compromisso forem considerados desiguais para os produtores locais do país em questão.

Independentemente de ser positiva ou negativa, a trajetória global da participação dos Estados do Golfo na Cooperação Sul-Sul é, decididamente, crescente, com a multiplicação de conexões levando ao aumento das interdependências. Com a dissolução gradual de grande parte da relação estagnada pré-1991, um padrão mais amplo emerge, em que os Estados do Golfo projetam uma maior influência global, no qual o poder é mais difuso e refratado do que nunca.

⁶⁵ “Qatar Takes a Bold Diplomatic Risk in Supporting Benghazi’s Transitional Government,” Gulf States Newsletter, 8 de abril de 2011.

REFERÊNCIAS

- Al-Rasheed, Madawi. *Contesting the Saudi State: Islamic Voices From a New Generation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- Anderson, Lisa. "Absolutism and the Resilience of Monarchy in the Middle East." *Political Science Quarterly* 106 (1991): 1-15.
- Assiri, Abdul-Reda. *Kuwait's Foreign Policy: City-State in World Politics*. Boulder: Westview Press, 1990.
- Bahgat, Gawdat. "Sovereign Wealth Funds: Dangers and Opportunities." *International Affairs* 84 (2008): 1189-1204.
- Barakat, Sultan. and Steve Zyck, "Gulf State Assistance to Conflict-Affected Environments." London: *LSE Kuwait Programme Working Paper* 10 (2010).
- Cox, Robert. "Ideologies and the New International Economic Order: Reflections on Some Recent Literature." *International Organization* 33 (1979): 257-302.
- Davidson, Christopher. *The United Arab Emirates: A Study in Survival*. London: Lynne Rienner, 2005.
- Davidson, Christopher. *Dubai: The Vulnerability of Success*. London: Hurst & Co., 2008.
- Davidson, Christopher. "Persian Gulf-Pacific Asia Links in the 21st Century: A Marriage of Convenience?" London: *LSE Kuwait Programme Working Paper* 7 (2010).
- Early, Bryan. "Strategies for Acquiring Foreign Nuclear Assistance in the Middle East: Lessons from the United Arab Emirates." Dubai: *Dubai School of Government Working Paper* 09-11 (2009).
- Ghafouri, Mahmoud. "China's Policy in the Persian Gulf." *Middle East Policy* 16 (2009): 80-92.
- Halliday, Fred. *The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- Hamid, Habiba. "Overseas Development Assistance from the UAE: Structuring Donor Relations in the Context of the Arab League's Fragile States." Dubai: *Dubai School of Government Working Paper* 09-03 (2009).
- Hardy, Roger. "Ambivalent Ally: Saudi Arabia and the 'War on Terror'." In *Kingdom without Borders: Saudi Arabia's Political, Religious and Media*

- Frontiers*, edited by Madawi Al-Rasheed. London: Hurst & Co., 2008. 99-112.
- Held, David. and Kristian Ulrichsen, editors. *The Transformation of the Gulf: Politics, Economics and the Global Order*. London: Routledge, 2011.
- Held, David and Anthony McGrew, Goldblatt, David and Jonathan Perraton, *Global Transformations*. Cambridge: Polity Press, 1999.
- Hill, Ginny. "What is Happening in Yemen?" *Survival* 52 (2010): 105-116.
- Hvidt, Martin. "The Dubai Model: An Outline of Key Development-Process Elements in Dubai." *International Journal of Middle East Studies* 41 (2009): 397-418.
- Lippman, Thomas. "Saudi Arabia's Quest for 'Food Security'." *Middle East Policy* 17 (2010): 90-98.
- Lynch, Marc. "Globalization and Arab Security." In *Globalization and National Security*, edited by Jonathan Kirshner. New York: Routledge, 2006. 171-200.
- Metcalf, Thomas. *Imperial Connections: India in the Indian Ocean Arena*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- Nonneman, Gerd. "Determinants and Patterns of Saudi Foreign Policy: 'Omnibalancing' and 'Relative Autonomy' in Multiple Environments." In *Saudi Arabia in the Balance: Political Economy, Society, Foreign Affairs*, edited by Paul Aarts and Gerd Nonneman. London: Hurst & Co., 2005. 315-351.
- Onley, James and Suleyman Khalaf. "Shaikhly Authority in the Pre-oil Gulf: An Historical-Anthropological Study." *History and Anthropology* 17 (2006): 189-208.
- Potter, Lawrence. *The Persian Gulf in History*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- Valbjorn, Morten and Andre Bank. "Signs of a New Arab Cold War: The 2006 Lebanon War and the Sunni-Shi'i Divide." *Middle East Report* 242 (2007): 6-11.
- Valeri, Marc. *Oman: Politics and Society in the Qaboos State*. London: Hurst & Co., 2009.
- Willoughby, John. "Ambivalent Anxieties of the South Asian-Gulf Arab Labour Exchange." In *Globalization and the Gulf*, edited by John Fox, Nada

Mourtada-Sabbah and Mohammed Al-Mutawa. London: Routledge, 2006. 223-243.

Yetiv, Steve and Chunlong Lu. “China, Global Energy and the Middle East.” *Middle East Journal* 61 (2007): 199-218.

*Recebido em 17 de março de 2012.
Aprovado em 24 de março de 2012.*

*Artigo traduzido por Gabriela Perin e Guilherme Ziebell de Oliveira

RESUMO

Esse artigo avalia o papel dos estados membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) – Bahrein, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos - no âmbito da cooperação Sul-Sul. Ele traça as diferentes fases de engajamento entre os Estados do Golfo e outros países em desenvolvimento, e a mudança das dinâmicas que os sustentam.

Essas fases demonstram profundas mudanças que refletiram ajustes na formulação de políticas em resposta a catalisadores domésticos, regionais e internacionais. Quando analisadas em conjunto, as forças internas e externas que pressionam os Estados do CCG moldam a perspectiva de análise deste artigo. Além disso, essas pressões internas e externas moldaram as contribuições dos Estados do Golfo para a Cooperação Sul-Sul, e definiram os realinhamentos intra-regionais e internacionais nos quais o CCG se engajou.

PALAVRAS-CHAVE

Conselho de Cooperação do Golfo; Cooperação Sul-Sul; Estados do Golfo.